

SO. 29.02.12

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
CASTELO DE PAIVA, REALIZADA
NO DIA VINTE E NOVE DE
FEVEREIRO DE DOIS MIL E
DOZE.***

___Aos vinte e nove dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e doze, pelas vinte horas e quarenta e cinco minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Castelo de Paiva, sob a presidência de José Manuel Lopes de Almeida secretariada por João Fernando Barbosa Dias, e Ilda Maria Cardoso Valente, respectivamente primeiro e segundo Secretários da Assembleia e pela funcionária da Câmara Municipal Cristina Maria Almeida Silveira Matos. ***

___ORDEM DE TRABALHOS: ***

___**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

___1. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 27.12.2011;

___2. ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO.

___**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

___1. APRECIÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;

___2. PROPOSTA DE PAGAMENTO DE SENHAS DE PRESENÇA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

___3. ENSAIO PARA A REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA JUDICIÁRIA:

a) SEUS EFEITOS PARA O MUNICÍPIO;

b) DILIGÊNCIAS TOMADAS OU A TOMAR EM PROL DOS INTERESSES DO MUNICÍPIO. PONTO DA SITUAÇÃO.

___4. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA CPCJ 2011.

___5. DESIGNAÇÃO DE QUATRO ELEMENTOS PARA INTEGRAREM A COMISSÃO ALARGADA DA COMISSÃO DE

PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE CASTELO DE PAIVA
PARA O BIÉNIO DE 2012 – 2014.

___6. APRECIACÃO E VOTAÇÃO REGULAMENTO DE
TRANSPORTE SOLIDÁRIO.

___**PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.**

___Presentes os membros: Abel Duarte Barbosa, Alfredo Trindade da Rocha; António Costa e Cunha, António Filipe Moura Fernandes, António Pedro Maldonado Martins Carvalho, Artur José Freitas de Sousa; Daniel António Correia Mendes da Rocha, Carlos Alberto Carmo Teixeira, Cátia Cristina Gomes Rodrigues, Gina Maria Silva Moreira, Giselda Martins Sousa Neves, Joaquim Luís Vieira Martins, Jorge Humberto Castro Rocha Quintas, José António Santos Vilela, José António Silva Rocha, José Vieira Gonçalves, José Vieira Pinto, Nuno Miguel da Silva e Sousa, representante da Junta de Freguesia de Real, Manuel António Rocha Pereira, Manuel Duarte Mendes, Maria de Fátima Reis Laranja Strecht Ribeiro, Maria da Graça Soares de Sousa, Martinho Moreira Bernardes, representante da Junta de Freguesia de S. Martinho, António Silva Pinto, Fernando Rodrigues Alves e Marisa Vieira Cunha Santos.***

___Presentes da Câmara Municipal, o Presidente da Câmara, Dr. Gonçalo Rocha, Vice-Presidente Senhor António Rodrigues, e Vereadores Senhor José Manuel Carvalho e Norberto Moreira. ***

___Faltou por motivo justificado o Membro Dr. António Gouveia Coelho, por motivos profissionais. ***

___A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, justificar a referida falta. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto Sr. António Silva Pinto. ***

___Faltou o Membro Dr. José António da Costa Moreira da Rocha.***

___Pedi a suspensão de mandato o Membro Dr. João Pedro Nogueira da Costa Campos, por cinco dias por motivos profissionais.

___A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto Sr. Fernando Rodrigues Alves.***

____Pedi a suspensão de mandato o Membro Dr. Maria de Lurdes Bessa Sousa, por cinco dias por motivos profissionais.

____A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto Sr.ª Marisa Vieira Cunha Santos.***

____Presente um convite da Junta de Freguesia de Bairros para a X Prova de Vinhos e Petiscos de Bairros extensivo a todos os membros da Assembleia Municipal.***

____PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. ***

1. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 27.12.2011;

____Presente a acta da sessão ordinária iniciada em 27.12.2011 e terminada em 19.01.2012, de que foi previamente distribuído exemplar a todos os membros da Assembleia Municipal. ***

____Usou da palavra o Membro Dr.ª Fátima Strecht para referir que em relação à acta para aprovação, e em nome da bancada do Partido Socialista, havia determinadas situações que não podiam deixar passar. Que se a Mesa entendesse por bem, reuniam durante cinco minutos os três líderes das bancadas, para puderem chegar a um acordo sobre a aprovação da acta. Que entendia que a acta deveria espelhar o que se passava nas sessões e que havia pormenores que deveriam ser vistos, concretamente quanto às presenças e às votações.***

____O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que era procedimento habitual enviar com bastante antecedência a acta aos líderes dos Grupos Municipais, para se pronunciarem sobre a mesma, e não tinham feito nenhuma alteração. Por tal razão não poderia aceitar a argumentação apresentada. Propôs que este ponto fosse retirado, que seria discutido na próxima sessão, depois de reunir com os líderes dos Grupos Municipais para analisarem esta questão.

____A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade retirar este ponto da Ordem de Trabalhos.***

____O Senhor Presidente da Mesa propôs à Assembleia que se iniciassem os trabalhos com a discussão do Ponto 2, uma vez que o Senhor Presidente da Câmara ainda não tinha chegado, e depois

continuava-se a ordem normal dos trabalhos referente ao Período da Ordem do Dia.

____A Assembleia deliberou por unanimidade que se iria iniciar a sessão com o Período da Ordem do Dia com a discussão do Ponto 2, seguindo-se a ordem normal dos trabalhos no Período da Ordem do Dia.

____PERÍODO DA ORDEM DO DIA***

____2. PROPOSTA DE PAGAMENTO DE SENHAS DE PRESENÇA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.***

____Presente a proposta apresentada pelo Membro Jorge Quintas com seguinte teor: *“Esta proposta resulta da inexistência de procedimentos claros referentes ao pagamento das respectivas senhas. Segundo a lei em vigor, os eleitos locais têm direito à compensação por via de senhas de presença, muito embora não seja clara a sua atribuição por reunião ou por sessão. Assim, tendo em consideração a necessidade de contenção de despesas, proponho o seguinte: - O pagamento das senhas aos membros da Assembleia Municipal de Castelo de Paiva será efectuado por sessão, independentemente do número de reuniões necessárias à conclusão da ordem de trabalhos.”****

____Usou da palavra o Membro Jorge Quintas para referir que esta proposta de pagamento das senhas era uma medida económica para os cofres do Município. Que tinha feito uma pesquisa, e que este assunto já tinha sido levantado por outras Assembleias Municipais e que também já tinha sido presente ao Parlamento. Que havia um vazio na Lei porque os membros da Assembleia Municipal tinham direito a uma senha de presença, mas não explicava, se era por reunião ou por sessão. Que era prática nesta Assembleia Municipal, atribuir as senhas de presença por reunião e sessão. Que propunha que as senhas fossem pagas por sessão e não por reunião. Que sabia que havia um pedido de parecer, mas a DGAL já se tinha pronunciado sobre este assunto, e entendia que o pagamento das senhas deveria ser por sessão. Quanto à ANMP e à CCDR-C entendiam que deveriam ser pagas por reunião. Que como as entidades não se entendiam, propunha que o pagamento das senhas fosse pago por sessão, uma vez que os membros da Assembleia Municipal desenvolviam um trabalho altruísta. Que quanto ao horário da realização das sessões,

teria que ter em atenção a extensão da ordem de trabalhos porque o Presidente da Mesa afirmava sempre que à meia-noite encerrava os trabalhos, e que isto levaria a que houvesse lugar a uma nova reunião, e mais despesa para o Município.***

____O Presidente da Mesa esclareceu que estava a cumprir o Regimento que tinha sido aprovado em Assembleia Municipal por unanimidade, com a ordem de início às 20.30h e encerramento às 24.00h, salvo se houver algum ponto em discussão.***

____Usou da palavra o Membro Jorge Quintas para referir que tinha lido o Regimento e nada tinha encontrado que as sessões teriam de terminar à meia-noite.***

____O Senhor Presidente da Mesa leu o artigo 30º. nºs. 7 e 8 do Regimento.***

____Usou da palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Bairros para referir que tinha apreciado ao longo deste mandato, os membros a discutir tudo, menos a Ordem de Trabalhos e depois ultrapassavam a meia-noite. Questionou, se viesse a uma sessão, que ficasse adiada para uma próxima reunião para encerrar, e se não pudesse vir nesta última, seria paga ou não a sessão? Ou seria paga à pessoa que o viesse substituir? Que na sua opinião achava que se perdia muito tempo com discussões.***

____Usou da palavra o Membro Dr. Pedro Maldonado para referir que seria conveniente ler a Lei dos Estatutos dos Eleitos Locais que dizia que “...cada eleito local que não estivesse em regime de permanência ou a meio tempo tinha direito a uma senha de presença por cada reunião ordinária ou extraordinária do respectivo órgão...” Que havia uma questão que devia ser acautelada, que era a uniformização, pois era desagradável que num concelho pudessem estar a pagar de uma forma e no Concelho ao lado pagar-se de outra. Que a DGAL entendia que se deveria pagar por sessão e não por reunião. Mas que a ANMP tinha outro entendimento, e que deveria ser paga por reunião. Que as Câmaras Municipais de Lisboa, Cascais, Ovar, pagavam por cada reunião. Que a Câmara Municipal de Aveiro pediu um parecer vinculativo, e nas sessões em que não tinham dúvidas pagavam, naquelas em que tinham dúvidas, ficavam com o pagamento suspenso, até haver uma decisão que fosse uniforme. Concordava que se deveria clarificar esta situação, mas achava

que deveria haver um fio condutor a todas as Assembleias Municipais para se encontrar uma posição de consenso. Propôs que se solicitasse através da Mesa, um parecer à CCDRN, ou à ANMP ou à DGAL, e que até à sua resposta houvesse lugar ao pagamento das sessões ordinárias e extraordinárias, e quanto ao pagamento das reuniões ficaria o pagamento suspenso.***

____Usou da palavra o Membro Jorge Quintas para referir que os pareceres que se iam pedir já estavam ali. Que concordava que se votasse a proposta do Dr. Pedro Maldonado, e que só seriam pagas as senhas das sessões e não as das reuniões, e que fosse pedido, na pessoa do Senhor Presidente da Mesa parecer às entidades competentes.***

____Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bairros para referir que se havia uma proposta do Membro Jorge Quintas e outra do Dr. Pedro Maldonado, porque não uma proposta de alteração ao Regimento referente ao horário do início da Assembleia para mais cedo. Que achava que a melhor proposta a ser votada seria a da alteração do horário do início da sessão.***

____O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que a Assembleia Municipal tinha sido marcada para a noite porque alguns membros devido à sua actividade profissional não estavam disponíveis de dia. Que havia muitas Assembleias Municipais no País que começavam às 20.30h e terminavam à meia-noite, e que também havia muitas que faziam prolongamentos de várias reuniões de uma sessão. Que a Mesa estava aberta a qualquer proposta para rever o funcionamento da Assembleia Municipal nomeadamente as horas de início, no período diurno, de manhã ou de tarde. Que a proposta apresentada pelo Membro Dr. Pedro Maldonado, e que tinha merecido a concordância do Membro Jorge Quintas era a seguinte: A Câmara Municipal só estava vinculada a pagar as sessões ordinárias e extraordinárias. Não se contabilizavam as reuniões para além de cada sessão, e entretanto pedia-se parecer à ANMP e à DGAL sobre se se devia pagar ou não as várias reuniões de uma mesma sessão da Assembleia Municipal.***

____Colocada esta proposta à votação a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar que a Câmara Municipal só estivesse vinculada a pagar as sessões ordinárias e extraordinárias, não se contabilizando as

reuniões para além de cada sessão, e solicitar parecer à ANMP e à DGAL sobre o pagamento ou não das várias reuniões de uma mesma sessão da Assembleia Municipal.***

___ Verificou-se a presença do Senhor Presidente da Câmara.***

___ 3. ENSAIO PARA A REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA JUDICIÁRIA:

a) SEUS EFEITOS PARA O MUNICÍPIO;

b) DILIGÊNCIAS TOMADAS OU A TOMAR EM PROL DOS INTERESSES DO MUNICÍPIO. PONTO DA SITUAÇÃO.

___ Usou da palavra o Membro Dr. Rocha Pereira, para referir que tinha solicitado a inclusão deste ponto, por razões óbvias, e era sua convicção que quer a Câmara ou qualquer membro da Mesa da Assembleia, não o tivessem feito por omissão. Que pensava que no actual contexto se deveria incluir este ponto e que se fizesse uma breve análise do que já tinha sido feito até à data. Que a primeira questão fundamental tinha a ver com a manutenção ou não do Tribunal. Que era sua convicção que tinham todas as condições, para que o Tribunal se mantivesse, porque quer fosse do movimento processual, da distância dos concelhos e acessibilidades, as dificuldades decorrentes dos transportes públicos, o aumento dos encargos com o apoio judiciário, inexistência de aumento de despesas com recursos humanos, existência de instalações próprias, e o respeito pela ordem pública, entendia que estes pontos, e que a própria Comissão de Acompanhamento desta área, tinham chegado à conclusão de que tinham de facto argumentos de modo a que fosse possível convencer quem de direito, que não havia razões para o encerramento do Tribunal. Que se sabia que brevemente o Ministério iria ouvir os Presidentes de Câmara e os representantes da Ordem das Comarcas sobre esta questão. Referiu que estava razoavelmente optimista em relação a esta matéria, mas importava que se fosse mais além, porque quer o Tribunal se mantivesse ou não, era preciso ter consciência do que poderia advir. Se mantivessem o Tribunal, iriam ser agregados a um de dois tribunais, a Santa Maria da Feira ou Penafiel. Mas, na sua opinião, a lógica apontava que se o Tribunal se mantivesse e atendendo a um princípio, que era o da unidade distrital, Aveiro, tinham que ser deslocalizados ou agregados a Santa

Maria da Feira. Que Arouca ia manter o Tribunal, mas iria ter em consideração Santa Maria de Feira, Vale de Cambra e S. João da Madeira, para um conjunto de processos. O que queria dizer que os Arouquenses, terão de se deslocar a outros concelhos para resolver os seus diversos processos. Quanto aos Paivenses se ficarem agregados a Santa Maria de Feira terão de se deslocar àquele Concelho para resolver questões sobre processos cíveis, criminal, trabalho, e de instrução criminal, mesmo que ficassem com o Tribunal. Quanto às questões relacionadas com processos de família e menores, em S. João da Madeira, e processos executivos, em Vale de Cambra. Mas se conseguissem convencer o Ministério, a ficarem agregados a Penafiel, passariam para o Distrito do Porto, seria uma questão a ponderar porque havia argumentos, pois em termos laborais o TAF já era em Penafiel. Mas se ficassem agregados a Penafiel importava ter presente as consequências. Que em Penafiel teriam as secções, civil, criminal, trabalho, execução e instrução criminal. As secções de família, divórcios e menores, Paredes. Mas o que dizia o ensaio, era que os de Penafiel para processos de insolvências irão para Amarante. Questionou se seria isto que pretendiam? Que tinham pedido três coisas. A primeira era a manutenção do Tribunal, a segunda era que ficassem agregados a Penafiel, mas não para tudo, e a terceira era ficarem em Vila Nova de Gaia para a secção de comércio. Que isto era na prática o que se esperava. Não se deveria pensar que mesmo com a manutenção do Tribunal, que de futuro ia ser o que era hoje. O que se pretendia era minorar os estragos, a mobilidade iria existir sempre. Na sua opinião, pensava que a verdade da proposta deveria ser dita, com realismo. Que achava que os argumentos eram sólidos e consistentes, e que estava convicto que o Tribunal se iria manter. Que o Senhor Presidente tinha tido uma reunião em Lisboa, e teria algo mais para dizer, que sabia que em breve o Ministério ia ouvir os Presidentes de Câmara e que a Ministra disse que o diálogo estava em aberto. Que era importante que soubessem defender em sede própria e na altura própria, o melhor que pudessem e soubessem. Achava que tinham argumentos, mas que ninguém se iludisse, pois a justiça não ia ser o que era hoje.***

____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara que começou por referir que relativamente a este ponto sobre a Reorganização do Mapa Judiciário, tinha sido objecto de um trabalho do Município, com os autarcas, líderes das bancadas, e com o representante da Ordem dos Advogados em Castelo de Paiva. Que estiveram todos empenhados na elaboração de um documento que serviu de argumento para contestar o ensaio que foi objecto de tanta polémica. Que o Dr. Rocha Pereira tinha referido que estranhava que o Presidente da Câmara não tivesse agendado este ponto. Mas não tinha sido assim, porque tinha dado nota ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para ser discutido, mas uma vez que já estava agendado não fazia sentido agendá-lo novamente. Que tinha sido apanhado de surpresa pela notícia da comunicação social, e com a forma como se tinha tornado público, uma notícia com a relevância que tinha para o Município. Que era um ensaio que não tinha qualquer lógica, estava mal sustentado, mal feito, e assente em premissas sem qualquer fundamentação técnica rigorosa, e que não conhecia sobretudo a realidade do País e das pessoas. Que torná-lo público da maneira como o fizeram foi um perfeito disparate, sem que primeiro tivessem uma discussão séria com os autarcas. Que não se estava a falar de uma coisa de pequena relevância, estavam a tratar de um Tribunal que era um elemento de referência e da identidade de um Município. Que estava a falar da sustentabilidade e coesão do território. Ao deixar de lado 47 municípios sem tribunal, e a maior parte do interior, estavam a promover a desertificação do País. Que esta não era a forma correcta de trabalhar, porque o Estado tinha de ter rosto, e ter pessoas a atender os cidadãos. Que a forma como estavam a ser tratados os municípios do interior era um claro atropelo, e uma reforma mal feita que prejudicava a vida das pessoas, que iria trazer encargos substanciais muito onerosos para as famílias e também para o próprio Ministério da Justiça. Se em Castelo de Paiva se encerrasse o Tribunal, a justiça para o Ministério da Justiça iria ficar muito mais cara, porque as despesas que irão ser imputadas, sobretudo na questão do apoio judiciário irão aumentar os custos. Que a luta deveria manter-se em primeiro lugar na manutenção do funcionamento do Tribunal de Castelo de Paiva, porque seria um disparate ele acabar no nosso Concelho. Que teve oportunidade de o

dizer perante 47 autarcas, que estiveram presentes, assim como os responsáveis dos vários distritos da Ordem dos Advogados, e o Bastonário da Ordem dos Advogados. Que tinha ficado clara a sua posição, que não permitiam que esta reforma fosse por diante, pois era um erro crasso e estúpido. Que as pessoas não mereciam isto que estava a ser feito, porque não se tratava de reduzir custos, nem melhorar a eficácia do funcionamento da justiça. Que o estudo estava mal feito, e tinha de ser revisto. Deu nota que quem estava a promover os encontros com o Ministério da Justiça, e quem ia liderar a reunião, era o Chefe de Gabinete, quando a Senhora Ministra já tinha anteriormente assumido junto da ANMP, que seria ela própria a conduzir as 47 reuniões com cada um dos municípios. Não era admissível porque os municípios mereciam ser recebidos pela Senhora Ministra. Que foi condição obrigatória dos 47 municípios serem recebidos pela Senhora Ministra. Estavam todos mobilizados nesta luta, e tinha sido uma tomada de decisão colectiva e sustentada pela ANMP. Que tiveram um contacto recente, que a reunião seria no próximo dia 6 de Março com o Chefe do Gabinete. Que considerava que o Município de Castelo de Paiva, deveria ser recebido pela Senhora Ministra. Que esperava que a Senhora Ministra recebesse cada um dos municípios, e que a reunião viesse a acontecer no mais curto espaço de tempo possível. Mas havia uma outra questão, era que todos os 47 municípios tinham realidades idênticas ao que se passava em Castelo de Paiva. Mas iriam aguardar que a Ministra recebesse o Município de Castelo de Paiva. Quanto à outra questão de passar para Arouca e para outros tribunais de Santa Maria da Feira, Vale de Cambra e S. João da Madeira, era uma segunda etapa, porque a primeira era a manutenção do funcionamento do Tribunal em Castelo de Paiva. Que era um trabalho que tinha de continuar, já tinham dado uma prova ao País, que era um erro crasso grosseiro e estúpido, de quererem levar o Tribunal de Castelo de Paiva para Arouca. Manifestou o seu reconhecimento público ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Arouca que fez questão de se associar à luta, e manifestou também a sua indignação como era possível evocar as boas acessibilidades para Arouca. Que era uma ofensa para os paivenses, mas de forma correcta, ordeira e cívica, deram o exemplo para o País, e passaram de forma

sublime a mensagem e o argumento mais forte, que era não existir acessibilidades para Arouca. Se não se travar esta investida outras virão a seguir. Que já se falava nas Finanças, de que várias repartições iriam ser encerradas. Que era mais um erro grosseiro que estavam a fazer, porque o Estado tinha de ter rosto, e ter pessoas a atender os cidadãos. Que sabia que o Concelho de Castelo de Paiva não era o mais tecnológico do país, e que as pessoas não estavam todas habilitadas a trabalhar e a aceder às ferramentas da internet. Que tinham de ser firmes para manter uma posição de defesa intransigente dos serviços públicos em Castelo de Paiva. Que todos os Paivenses e autarcas poderiam contar com a firmeza total desta luta, porque se deixassem encerrar o Tribunal de Castelo de Paiva era um passo de gigante para trás. Que nada estava dado como adquirido e como tal tinham que se manter com firmeza total até ao fim na luta intransigente da manutenção o Tribunal em Castelo de Paiva.***

____ Usou da palavra o Membro Dr. Pedro Maldonado para referir que o documento elaborado, pelo Presidente da Delegação da Ordem dos Advogados Dr. Jorge Esteves, estava magnífico. Que aquele documento naquilo que era a fundamentação do ensaio quanto ao nosso Concelho, desmonto-o. Quando o Dr. Rocha Pereira referiu que a Justiça no nosso País estava a mudar era por força do memorando que foi assinado com a TROIKA. Que o ano passado havia um modelo completamente diferente do que existia actualmente. Que o existente apontava para um modelo geográfico de cariz administrativo, ou seja inserir o Concelho no Distrito de Aveiro. Mas no seu entendimento estava mal porque a identidade de Castelo de Paiva era com o Vale do Sousa. Que para além da manutenção do Tribunal, e ressaltando o que o Dr. Rocha Pereira tinha dito, a maior parte dos processos irão mesmo sair do Tribunal. Que tudo o que tivesse a ver, com direito de família e menores, execuções, insolvências, instância cível e criminal, e instrução criminal, irão deixar de ser tramitadas em Castelo de Paiva, quer se mantenha ou não o Tribunal. Que teriam de se readaptar a esta circunstância. Mas era essencial a manutenção do Tribunal, nomeadamente na vertente criminal, ou seja na dissuasão da criminalidade. Que a justiça criminal tinha de ser uma justiça de proximidade. Que um criminoso que

praticasse um crime no Concelho teria que ser punido em Castelo de Paiva, para que a população se sentisse segura. Que um concelho sem tribunal transmitia uma ideia de uma certa impunidade nos comportamentos. Que havia uma crescente criminalidade no Concelho, e a presença do tribunal era importante que se mantivesse. Que gostava que ficasse claro, que não era uma questão político-partidário. O que estava em causa era o superior interesse das populações do Concelho de Castelo de Paiva. Por último saudou a abertura do diálogo do Ministério da Justiça com a Câmara Municipal, no sentido de discutir esta situação. Que a propósito deste documento, já se tinha feito uma incursão, ou seja deram a entender que o Distrito de Aveiro não se coadunava com os reais necessidades, como era o caso dos transportes públicos que não eram adequados para as deslocações que estavam em causa, mas que Penafiel não era propriamente aqui ao lado. Que tinham que passar a mensagem de que estavam a lutar pela manutenção do Tribunal, mas que iria haver uma alteração significativa no modelo de realização da justiça. Desejou ao Senhor Presidente da Câmara a melhor sorte e inspiração nas negociações e conversações com o Ministério da Justiça, para que consiga a manutenção do Tribunal em Castelo de Paiva.***

____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara que referiu para que não houvesse dúvidas, que tinha assumido que não aceitava que o Município de Castelo de Paiva tratasse este assunto com o Chefe de Gabinete da Senhora Ministra da Justiça, a exemplo do que tinha acontecido com os outros restantes 46 Municípios.***

____ O Senhor Presidente da Mesa fez a síntese deste ponto. Que havia um documento que tinha sido enviado a todos os membros da Assembleia Municipal juntamente com a proposta feita pelo Dr. Rocha Pereira para incluir este assunto na Ordem de Trabalhos. Propôs à Assembleia Municipal a aprovação deste documento, dizendo que a Assembleia Municipal não podia aceitar a proposta de reorganização da estrutura judiciária para o Concelho de Castelo de Paiva e enviá-lo à Ministra da Justiça.***

____ A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o documento elaborado pelo Presidente da Delegação da Ordem dos Advogados, e remetê-lo à Senhora Ministra, por não ser aceitável a

proposta de Reorganização da Estrutura Judiciária para o Concelho de Castelo de Paiva, que se dá aqui como integralmente reproduzida e fica arquivado na pasta anexa a esta acta.

___4. APRECIACÃO DO RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA CPCJ 2011.

___Presente o Relatório de Actividades da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Castelo de Paiva de 2011, que foi previamente distribuído a todos os membros da Assembleia Municipal, tendo sido o mesmo apreciado, e que se dá aqui como integralmente reproduzido e fica arquivado na pasta anexa a esta acta.***

___5. DESIGNAÇÃO DE QUATRO ELEMENTOS PARA INTEGRAREM A COMISSÃO ALARGADA DA COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE CASTELO DE PAIVA PARA O BIÉNIO DE 2012 – 2014.****

___Presente o ofício nº. 1511 de 13-02-2012 da Comissão de Crianças e Jovens de Castelo de Paiva, em que solicita a designação de quatro membros para integrarem a Comissão Alargada da CPCJ de Castelo de Paiva para o Biénio de 2012-2014.***

___Usou da palavra o Membro Prof. José António Rocha para referir que relativamente a este ponto e depois dos líderes dos Grupos Municipais terem chegado a acordo, apresentou a proposta de designação dos quatro elementos que farão parte da Comissão Alargada da CPCJ de Castelo de Paiva: Dr^a. Fátima Strecht, Dr^a. Carla Gouveia, Dr^a. Sandra Cunha. e Dr^a. Graça Sousa.***

___A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada com a designação dos elementos para a Comissão Alargada da CPCJ de Castelo de Paiva para o Biénio de 2012-2014.***

___6. APRECIACÃO E VOTAÇÃO REGULAMENTO DE TRANSPORTE SOLIDÁRIO.

___Usou da palavra o Senhor Vereador José Manuel Carvalho para esclarecer sobre as alterações que foram introduzidas em sede de reunião de Câmara Municipal que aprovou este Regulamento. Que com base numa medida que foi avançada pelo Executivo, e tendo por base o Regulamento de Solidariedade Social que já existia, que era o transporte de doentes para consultas, exames e outros serviços de saúde. Que tinha

sido um compromisso assumido pelo Senhor Presidente da Câmara, e tendo em conta a actual conjuntura, tinha sido uma medida em que sentiram necessidade para avançar com a sua implementação. Que era importante que os municípios assumissem uma resposta eficaz às carências dos munícipes. Por haver uma enorme procura no transporte social, e como estava a ser efectuado apenas por uma viatura do Município, sentiram necessidade de estabelecer protocolos ou parcerias que permitissem alargar este serviço, e para sustentar de forma legal e em regulamento esta medida, apresentaram em reunião de Câmara Municipal uma proposta de regulamento que foi aprovada por unanimidade, com algumas alterações que foram introduzidas. Que como se tratava de um serviço prestado pela Câmara Municipal no âmbito da Acção Social, este Regulamento foi debatido no núcleo executivo da Rede Social e foi apresentado ao Conselho Local de Acção Social, e a todos os parceiros que fazem parte da Rede Social. Quanto às alterações que foram introduzidas na reunião de Câmara, prendiam-se com questões de pormenor nomeadamente nos artigos 3º., 4º. e 5º., conforme constava da adenda distribuída a todos os membros presentes. Resumiu que o Executivo tinha um compromisso assumido, que quisessem cumprir, que era proporcionar às pessoas mais carenciadas o transporte gratuito para os serviços de exames e consultas. Que tinham avançado numa primeira fase, servindo-se do Regulamento de Solidariedade Social com base nos recursos da Câmara com a viatura usada para aquele efeito, mas face à conjuntura actual tinham de ter uma abrangência maior e por isso mesmo houve uma necessidade de regulamentar para possibilitar a realização de protocolos com vista ao alargamento do serviço.***

____Usou da palavra o Membro João Dias para referir que a sua intervenção prendia-se com o transporte de doentes em Castelo de Paiva. Começou por ler uma notícia da comunicação social que referia: “...*que devido à falta de transporte por parte dos Bombeiros a Câmara Municipal de Castelo de Paiva está a disponibilizar uma carrinha para transportar os doentes ao hospital. Os utentes dizem que esta ajuda é essencial e que de outra forma não podiam ir às consultas e fazer os tratamentos...*” Que relativamente à notícia questionou o Senhor

Presidente da Câmara. Quando é que um doente ficou sem ser transportado para consulta ou tratamentos, depois de se ter dirigido aos Bombeiros? E se isso alguma vez aconteceu? Que os doentes andavam baralhados com este tipo de deslocações. Que as pessoas dirigiam-se aos bombeiros a perguntar se já não transportavam doentes. Mas era mentira porque continuavam a transportar doentes tanto com credenciais ou sem elas, e que o Senhor Presidente tinha uma rima de facturas a comprovar que tinham feito o serviço. Lamentava que estas situações surgissem sem haver um entendimento prévio, pois já tinham reunido uma vez por causa disto, mas não sabia se iria resultar ou não. Que verificava que se mantinha de pé a abertura de um concurso a toda a gente para transportar doentes. Que tinha tomado conhecimento de uma notícia no Jornal Público, onde mais uma vez o Governo iria abrir um concurso para toda a gente, e perante isto, estava cada vez estava mais surpreendido. Que como até hoje nenhum doente tinha ficado por transportar achava que isto só deveria acontecer quando os bombeiros não tivessem possibilidades de fazer os transportes todos. Esclareceu que um motorista bombeiro para transportar doentes tinha que ter três cartas, a carta de condução, um T.A.S. e um T.A.T.. Explicou que um T.A.S. era para transportar doentes em maca, e um T.A.T. era transporte em grupo para consultas e tratamentos. Para terem este averbamento na carta eram necessárias 205 horas, em Sintra. Que ao fim de três anos, desaprendiam tudo e tinham que ir mais 150 horas novamente, para recapitular o que tinham dado há três anos e que utilizavam diariamente, e que era tudo bem pago. Que cada ambulância para poder transportar doentes tinha que ter uma transformação que custava 600 euros, tinha a vistoria através do INEM que custava 100 euros, e ainda a homologação do IMTT de 75 euros. Mas que lhe parecia que a partir de agora, as ambulâncias iam todas para o lixo, por estarem adaptadas demais para a situação actual. Que todos os dias se ouviam as notícias na comunicação social do encerramento de Associações de Bombeiros, mas por este andar, não sabia se também não iriam fechar qualquer dia. Que amanhã não viesse ninguém dizer que os bombeiros, a Direcção, ou o Comando, eram os culpados, pois os bombeiros trabalhavam 24 horas por dia. Que a situação era de tal ordem que não sabia se qualquer dia o Senhor

Presidente da Câmara e Presidente da Protecção Civil, não iria receber quarenta viaturas e a respectiva chave. Mas que uma coisa era certa, quem trabalhava de graça, quase 24 horas por dia, que era um Presidente a tempo inteiro, e chegar ao fim de 22 anos de Presidência dos Bombeiros, e de 35 anos de Associação, e ver isto a degradar-se, perguntava a ele mesmo, o que andava ali a fazer? Por último referiu que os bombeiros tinham condições de material e humanas para transportar doentes, e que nunca tinha ficado ninguém por transportar.***

____ Usou da palavra o Membro Senhor Jorge Quintas para referir que estava solidário com o que o Sr. Dias tinha dito, com a preocupação que tinha manifestado, e que todos tinham um grande carinho pelos Bombeiros. Mas quando se referiu que não transportavam os doentes não estava em nenhum documento, nem tinha sido dito por ninguém da Câmara Municipal, e na sua opinião tinha-se gerado alguma confusão.***

____ O Senhor Presidente da Mesa interveio para esclarecer que era uma notícia da SIC, e que não tinha sido dito pelo Senhor Presidente da Câmara. Depois de lida a notícia, referiu que talvez houvesse um erro de linguagem, porque provavelmente o que faltava era o impresso com a autorização do médico do Centro de Saúde, e não a falta de transporte.***

____ O Membro Jorge Quintas continuou a intervenção, para salientar a importância e louvar o alcance desta medida, que tinha sido uma promessa, e que havia pessoas que necessitavam que fosse disponibilizado o transporte.***

____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa para referir, que quando se lia que havia falta de transporte para o serviço nacional de saúde, o que faltava era o impresso emitido pelo médico para que o transporte fosse pago, mas que sabia que quando havia um carenciado que se dirigisse aos bombeiros, era transportado. Manifestou a sua cooperação pela preocupação manifestada pelo Sr. João Dias, Presidente da Associação dos Bombeiros. Que os Bombeiros tinham-se preparado para transportar doentes, e tinham 24 carros para o fazer. Que ao longo de anos foram motivados pelos Governos a adquirir viaturas de transporte de doentes, a formar profissionais, condutores, maqueiros e

bombeiros, e começavam agora a retirar-lhes as capacidades de transporte. Que tinham muitos postos de trabalho depois dos incentivos dados e dos investimentos feitos ao longo dos anos. Que não achava correcto e estava completamente solidário com os Bombeiros Voluntários de Castelo de Paiva. Quanto ao Regulamento havia algumas questões que gostava que fossem alteradas, e outras clarificadas. Que concretamente no ponto 1.3 do artigo 5º., não concordava com o que estava escrito, porque havia no concelho instituições que já tinham muita tecnologia instalada como radiologia, ecografia e fisioterapia. Que se um médico indicasse que fosse feito um determinado exame em Matosinhos ou Gaia, o doente teria de ser transportado, independentemente de existir em Castelo de Paiva onde o fizesse. Pediu esclarecimento quanto ao estipulado no mesmo artigo mas no ponto 7., a ordem de precedência, onde constava doentes carenciados. Que não se justificava que constasse nesta ordem, pois entendia que o Regulamento já era destinado a pessoas carenciadas. Que não concordava com os critérios deste ponto, porque se houvesse quatro lugares e tivesse cinco pessoas para transportar, o último a chegar não teria direito a ser transportado. Mas, se este doente fosse oncológico? Ia o do requerimento que tinha entrado primeiro? Que não podia ser, e tinham de ter transporte para todos. Não concordava, e se isto não fosse alterado, votaria contra. Que compreendia o alcance do Regulamento, estava solidário, mas havia coisas que não concordava. No Ponto 1.8 referiu que tinha sempre de haver documento de prova em como havia consulta em determinado hospital fora do Concelho, nem que fosse um documento administrativo. Quanto ao artigo 7º. Era impraticável, porque sempre que surgissem dúvidas ou omissões a Câmara deliberaria e o doente tinha de aguardar que houvesse reunião de Câmara para ser decidido. Na sua opinião o técnico responsável deveria avaliar, e a Câmara Municipal deveria dar competências para decidir.***

____ Usou da palavra o Membro Sr. João Dias para referir que no transporte dos doentes oncológicos para o IPO os bombeiros levavam e traziam, faziam duas viagens que eram pagas ao Km. Para poupar dinheiro, o Governo há mais ou menos um ano, resolveu entregar o transporte a empresas particulares que estavam sediadas nos hospitais, que vinham buscar o doente a casa, levavam-no para o IPO, vinham

trazê-lo a casa e regressavam novamente ao hospital, ou seja 4 viagens pagas ao Km. Mas na maior parte do transporte dos doentes em ambulância, o pessoal tinha de comunicar com o INEM, e era este serviço que determinava se o doente teria direito a ser transportado e pago pelo Serviço Nacional de Saúde, o que dificilmente acontecia, para que o doente pagasse. Questionou que quando abrirem concursos para todas as pessoas, que de certeza que iriam facturar. Então se fosse para facturar porque não fazer-se acordo e protocolos com os bombeiros e de acordo com o que se combinasse também fariam o transporte?***

____ Usou da palavra o Membro Prof. José António Rocha, para referir que em relação a este assunto iria fazer uma intervenção política, mas tendo em conta o regulamento, a pertinência e o alcance da medida. Que tinham começado primeiro com a notícia na comunicação social, depois tiveram a oposição do PSD a pedir a necessidade de negociação de um regulamento interno, e depois surgiu a discussão na Assembleia Municipal. Que lhe parecia, e já não era a primeira vez, que o Senhor Presidente ou o órgão executivo, era um bocado precipitado nestas tomadas de decisão, porque tinha ido para a comunicação social anunciar uma medida pertinente e adequada, mas em primeiro lugar, deveria ter pensado quem eram as instituições no Concelho, que tinham capacidades instaladas e recursos humanos competentes e especializados para puderem fazer este serviço. Que neste sentido tinha de pôr em primeiro lugar os bombeiros voluntários e em segundo outras entidades como os táxis por exemplo. Que as boas práticas que existem no terreno tinham de ser consolidadas, activadas e melhoradas. Não era advogado de defesa dos Bombeiros, mas reconhecia que se estes tinham um conjunto de recursos instalados, e tendo em conta a fragilidade que existia em transportar doentes com alguns problemas motores, de facto não se podia liberalizar de uma forma abrupta esta situação, apesar de ter saído na comunicação social, uma legislação no sentido de liberalizar estes concursos, com a qual também não concordava. Que a medida era adequada e pertinente, mas a vocação da Câmara Municipal não era para fazer transportes, mas sim para promover e activar que outras entidades o pudessem fazer no terreno, independentemente de ser a entidade A ou B. O que queria era que os utentes tivessem uma boa melhoria de vida, e

ficava cumprido o compromisso com os paivenses. Que o ideal era amadurecer, consolidar e activar estes protocolos. Referiu que a notícia que tinha saído sobre a liberalização poderia levar a que este regulamento que estavam a aprovar pudesse estar condicionado sobre algumas vertentes. Poderia haver sobreposição e duplicação de serviços. Quanto ao conteúdo do regulamento, apesar de alguns detalhes que poderiam ser discutidos e analisados, concordava com ele no essencial, mas achava que este documento deveria ter sido discutido primeiro em Rede Social, e depois sim, iria para a comunicação social.***

____ Usou da palavra o Dr. Rocha Pereira para referir que foi dito pelo Senhor Vereador José Manuel Carvalho que se tratava de honrar um compromisso eleitoral, mas tinha visto o programa do Partido Socialista e esta proposta não era exactamente a que estava escrita no referido Programa. Mas o que o admirava era que tivessem passado mais de dois anos para que esta proposta fosse apresentada. Que lamentava que com tanto tempo, tivessem sido confrontados na decurso desta Assembleia com alterações a este Regulamento. Que não estava a fazer uma crítica, mas sim uma constatação de que houve ligeireza, e houve erro. Que tinha de subscrever muito do que já se tinha dito. Que o objectivo era inquestionável, mas a forma não tinha sido a mais feliz, no seu ponto de vista. Que todos tinham assistido às questões pertinentes levantadas pelo Senhor João Dias. Que tinha sido dito, da necessidade e da importância de em sede própria, com tempo e profundidade serem ouvidas instituições e pessoas que pudessem propor e enriquecer o conteúdo deste documento. Questionou, porque não se tinha dialogado? Perguntou, se a Câmara pretendia usar ou adquirir viaturas próprias para o transporte em causa? Não haverá no Município nenhuma instituição que já dispusesse de transporte para este efeito? Apesar de falarem no espírito de colaboração, constatava que não tinha havido colaboração nenhuma nem diálogo, pelo menos no que respeitava à Associação dos Bombeiros. Pensava que não tinham dialogado, com quem podiam e deviam ser úteis, e prestar uma colaboração positiva. Quanto à questão das prescrições, cheirava-lhe a compadrio. Se este regulamento fosse aprovado da forma como estava redigido, abria a porta a negociatas entre médico e clínicas. Que se alguém tivesse dúvidas que analisasse o

Regulamento, porque se existisse no Município quem dispusesse de condições tinha de ser considerado como critério a seguir. Quanto à questão das prioridades, considerava que se deveria atender à situação específica do doente, e não à ordem de chegada. Chamou a atenção para uma questão técnica referente ao ponto 1.10 do artigo 5º., referente à cessação de apoio, e que no artigo seguinte referente às falsas declarações, que se as houvesse implicava a imediata suspensão. Que suspender era interromper, e cessar era outra coisa, e como tal gostava de ser esclarecido. Por último referiu que o propósito era nobre, mas quanto a aspectos concretos criticava o facto de não ter havido diálogo prévio, abrangente e profundo, e era possível e desejável retocar o conteúdo deste documento. ***

____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bairros, para referir que depois de tudo o que ouviu dava razão às duas partes. Que a Câmara queria cumprir o programa eleitoral, mas para além disto, todos sabiam que havia pessoas que necessitavam deste apoio, mas no seu entendimento poderiam chegar a um acordo, ou realizarem um protocolo com os bombeiros, que era a instituição mais capacitada para fazer este tipo de transporte, que garantissem que todo este trabalho mesmo custeado pela Câmara Municipal fosse feito pelos bombeiros e não por entidades externas ao Concelho.***

____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara que começou por referir que depois de ouvir tantas intervenções sobre este tema, que deveria ser saudado e reconhecido o esforço que a Câmara Municipal estava a fazer para iniciar esta iniciativa, que era uma necessidade das pessoas, que não tinham condições financeiras para suportar as despesas para se deslocarem aos hospitais e às consultas. Que ficou surpreendido, porque foram ditas coisas que não correspondiam minimamente à verdade. Que ninguém tinha falado em concurso, se o havia, era do Governo. Que a Câmara Municipal tinha avançado com esta iniciativa a expensas próprias porque o Governo e a Administração Central se demitiram dessa responsabilidade. Que estava ao lado dos bombeiros, e se viessem à Câmara por causa das dificuldades financeiras, das quais tinha conhecimento e reconhecia o esforço da Direcção, do Corpo Activo e do Comando, recebia-os, mas que depois iam todos para Lisboa

para o Ministério da Administração Interna e Governo, porque os bombeiros poderiam de facto parar. Que não deveriam retirar o mérito desta iniciativa. Que se tinha avançado naquele momento, foi quando teve condições para o fazer, e que se a comunicação social tinha vindo cá, era porque tinha achado uma iniciativa interessante, e que as pessoas que utilizaram os serviços disseram o que pensavam. Esclareceu que tinha tido uma reunião com os bombeiros, e que o Sr. Dias como Presidente da Instituição, tinha-lhe apresentado uma relação de dívidas que as pessoas tinham com os bombeiros, e que saudava os bombeiros por continuarem a transportar a seu cargo, e a aguentar esta situação. Aliás uma das utilizadoras do serviço, que era doente oncológica referiu que não tinha ido a duas ou três consultas por falta de dinheiro. Que não retirava o reconhecimento e o mérito do trabalho dos bombeiros voluntários, que eles sabiam disto, porque tiveram uma reunião com a Câmara Municipal depois do primeiro protocolo ter sido aprovado no âmbito do Regulamento da Acção Social. Que se estavam a aprovar este Regulamento era porque queriam melhorar o sistema, porque a Câmara não tinha vocação de ser uma transportadora de doentes. Mas havia uma necessidade e tinha de haver uma resposta, e a Câmara Municipal tinha esse papel. Que se estavam todos empenhados em ajudar as pessoas, deixassem trabalhar. Que tinha assumido este compromisso com todos os Paivenses, e que já tinha sido abordado várias vezes nesta Assembleia, no âmbito do Plano e Orçamento de quando é que esta medida avançava. Que as pessoas estavam a recorrer ao serviço porque necessitavam dele. Que a Autarquia não tinha capacidade para aguentar tudo, mas tinham que estar empenhados para ajudar as pessoas, mas os recursos também se esgotavam. Que a autarquia tinha uma situação difícil mas entendeu que esta era uma situação prioritária. Que estavam a responder com eficácia e com mérito. Que gostava de honrar os compromissos que assumia com as pessoas. Que queria que este compromisso fosse partilhado com os Paivenses e com quem tinha competência. Que este Regulamento estava aqui presente desta forma na Assembleia, pois era uma primeira versão que ainda não tinha sido submetido à reunião de Câmara, e que não tinha tido condições objectivas de o apresentar a tempo da realização desta sessão. Que em

reunião de Câmara foi aprovado por unanimidade por todos os vereadores presentes, e com contributos que foram discutidos naquela reunião. Se entendessem que não estava bem, e que deveria ir novamente à reunião de Câmara, levava-o e continuava a funcionar com o outro Regulamento que estava em vigor. Que o que estava plasmado no Regulamento assegurava claramente aquilo que era o funcionamento deste serviço, e que ninguém ia andar com compadrios. Que o privilégio era para as entidades convencionadas que estão no Concelho, mas havia determinado tipos de exames, e que em algumas circunstâncias e face à sua especificidade deveriam ser feitos em determinado local. Que tinha sido esta a natureza desta proposta, mas se entendiam que deveria ser retirado, não havia problema nenhum, porque o objectivo não era fazer concorrência aos operadores concelhios, muito pelo contrário, achava que as pessoas deveriam fazer exames e tratamentos no concelho de Castelo de Paiva. Que teve de tomar a decisão de avançar com esta iniciativa, assumia-a porque era necessária. Que não ia ficar à espera do modelo perfeito que poderia demorar muito tempo para pô-lo em prática. Que tinha avançado de imediato com este Regulamento específico, para poderem estabelecer protocolos com entidades adequadas para prestarem este serviço. Que esta iniciativa tinha sido aplaudida por vários autarcas que o felicitaram. Que era evidente que poderia ter feito um investimento numa obra pública, mas achava que era mais importante apostar na área social, e ajudar as pessoas. Que ninguém calculava o número de pessoas a pedir ajuda para comer, que não se podia omitir a realidade do Concelho. Que tinham de estar prontos para actuar, e que a Câmara Municipal tinha esse papel, sem querer discutir com todas as entidades e todas as parcerias da Rede Social. Que se entendessem que deveriam melhorar o Regulamento e que se o mesmo tivesse que ir novamente à reunião de Câmara, estavam a adiar uma decisão que era importante. Achava que era um erro, porque o critério ia ser rigoroso na apreciação das condições de acesso deste Regulamento. Que tinha pena que se criasse um ambiente de confusão e de dúvida quanto ao mérito e à excelência da iniciativa. Que achava que o Regulamento poderia ser melhorado, mas perder a oportunidade de o aprovar já, era estarem a dar tiros nos pés, e a

inviabilizar alguns dos aspectos e necessidades, que foram aqui focadas, de se pudermos resolver de imediato.

____ Usou da palavra o Presidente da Mesa para referir que quando colocou na Ordem de Trabalhos, apreciação e votação, entendia que a Assembleia Municipal tinha o dever de apresentar propostas de alteração para melhorar o documento. Que o Senhor Presidente da Câmara já deveria estar preparado, porque lhe podiam aparecer propostas de alteração no sentido de o melhorar. Que não podia concordar que à partida estivesse um elemento de exclusão de doentes carenciados, porque havendo quatro lugares, aparecendo seis, dois não iam, e depois estabelecia-se a ordem de prioridades que era o requerimento que tinha entrado primeiro. Que este Regulamento não poderia ser exclusivo. Referiu-se novamente ao Ponto 1.3, e o que estava escrito era contra todas as regras técnicas, porque se havia onde fazer exames e tratamentos no Concelho, não fazia sentido ir fazê-los fora do Concelho por indicação específica médica. Quanto ao 1.8 apenas fazia um alerta ao apoio concedido a quem apresentasse sempre um documento de prova médica ou administrativa, e não sempre que possível como estava estipulado. Sugeriu ainda que a Câmara Municipal se livrasse de deliberações dos casos omissos no Regulamento.

____ Usou da palavra o Membro Senhor Jorge Quintas para levantar a questão do que tinha sido lido no ponto 1.3, pois não era da mesma opinião na questão de interpretação do mesmo.***

____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para referir que a questão do limite não se colocava porque estavam a prever protocolos para precisamente se dar resposta. Que era evidente que deviam sempre definir regras quando não existisse capacidades de resposta. Mas se estavam a apresentar um Regulamento com o objectivo de estabelecer um protocolo, era evidente que o interesse era dar resposta a quem precisava. Que o anterior Regulamento estava cingido à viatura Municipal de nove lugares, que estava a fazer o transporte, e poderá não ter condições de suportar todas as solicitações. Que com este Regulamento o objectivo era abrir um protocolo para se poder dar resposta às situações que tinham enquadramento. Se a questão da prescrição do médico estava a levantar tanta suspeita, mas o objectivo

que estava previsto era que casos devidamente excepcionais poderiam ter algum enquadramento. Mas que se vissem que estava aqui alguma coisa perigosa não via problema nenhum que se retirasse. Que a indicação era clara em relação aos serviços, que determinados exames de rotina deveriam ser feitos em Castelo de Paiva, mas se estivessem a falar de algum exame com alguma complexidade, poderiam estar aqui a colocar uma questão de alguma delicadeza. Mas se entendessem que esta situação deveria merecer a exclusão por completo neste âmbito do Regulamento, aceitava sem problema nenhum. Que o mais importante era que se aprovasse o Regulamento porque o que estava em causa era o alargamento da sua atribuição a todas as pessoas que realmente precisavam. ***

____O Senhor Presidente da Mesa interrompeu para esclarecer que já tinha percebido que não havia abertura para alterar o documento. O que pretendia era melhorar o documento, porque havia cláusulas exclusivas e não podia concordar com isto. Propôs a retirada do ponto 1.7, e quanto ao ponto 1.3 deveria ser retirada a prescrição médica.***

____O Senhor Presidente da Câmara continuou a sua intervenção, e esclareceu que a lotação do número de pessoas a ser transportadas não ser suficiente, este regulamento visava precisamente esta resolução. Que o Regulamento da Acção Social que estava em vigor, tinha o problema de só ter uma carrinha afecta a este serviço. Quanto às restantes questões não via qualquer problema em ficar como estava. Que tinha que confiar nos serviços de Acção Social da Câmara, que elaboraram este documento e a implementação desta iniciativa.***

____O Senhor Presidente da Mesa questionou o Senhor Presidente da Câmara se o ponto 1.7 se mantinha ou retirava-o.***

____O Senhor Presidente da Câmara respondeu que se mantinha independente de dar resposta a toda a gente.***

____Usou da palavra o Membro Dr. Pedro Maldonado para referir que era importante realçar a forma apaixonada e correctíssima que traduziu uma realidade, que tinha sido a intervenção do Sr. João Dias. Realçou também a intervenção do Senhor Presidente da Câmara que disse aquilo que todos pensavam e sabiam, que era louvar e elevar o trabalho extremamente meritório, desinteressado, da Associação Humanitária dos

Bombeiros Voluntários de Castelo de Paiva, no que tangia ao transporte de doentes não urgentes. Que fazia uma proposta concreta de alteração da redacção do Ponto 5, que tinha a ver com a cooperação. Que em vez de constar no ponto 1.1 “...*que o transporte poderá ser executado...*” substituía-se a forma verbal por “...*será executado...*”. Mas havia outras questões, porque se o transporte não fosse efectuado por quem não estivesse regulamentado poderiam levantar-se questões legais complicadas. Que lhe parecia que este documento, e que ficasse bem claro do ponto de vista político, não era a bancada do Partido Social Democrata que ia impedir o transporte de pessoas carenciadas. Que o que estava em causa era procurar dar uma formulação mais correcta ao documento. Que lhe tinha parecido haver, por parte do executivo, abertura para uma melhoria do documento. Mas questionou se valeria a pena conversar no sentido de melhorar a elaboração do Regulamento. Achava que valia a pena a bem de todos, e acima de tudo a bem das pessoas que precisavam do transporte. Que achava que as achegas que os membros da Assembleia deram eram positivas, e se o Executivo visse que havia abertura para melhorar o documento, não pondo em causa a oportunidade da iniciativa, achava que poderiam melhorá-lo a todos os níveis. Que se entendessem que sim, estariam disponíveis para o fazer.***

____O Senhor Presidente da Mesa comunicou que por motivos pessoais ia-se ausentar e que o Sr. João Dias ficaria a conduzir os trabalhos.***

____O Senhor Presidente da Mesa em substituição, designou para a Mesa o Membro Prof. José António Rocha.***

____Usou da palavra o Membro Prof. Daniel Rocha para referir que parecia que estavam num certo impasse, mas achava que todos o queriam aprovar. Que o Senhor Presidente já tinha dito que se não fosse aprovado, o serviço ia continuar a ser feito, e acreditava que o Senhor Presidente com a sua sensibilidade, e que mesmo tendo apenas oito lugares e se houvesse alguém que precisasse não ia deixar de prestar o serviço. Que relativamente ao ponto 1.7 que estava em causa, se fosse retirado, achava que a proposta era de justiça, e o que queriam era que aqueles que precisavam pudessem ser abrangidos. Que deveriam votar de imediato.***

____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara que referiu que tinha sido mandatado pela Câmara para defender este documento que foi votado por unanimidade, por todo o executivo em reunião de Câmara. Que o que estava em causa era o adiamento de uma solução que ia ao encontro das preocupações que foram expostas.***

____ Usou da palavra o Membro Dr. Pedro Maldonado para referir que tinha feito uma proposta um pouco diferente, que não seria de resolver de imediato mas ficar para outra oportunidade temporal, apenas com o objectivo de melhorar o documento. Solicitou à Mesa um intervalo de cinco ou dez minutos.***

____ O Senhor Presidente da Mesa interrompeu a sessão por dez minutos.***

____ O Senhor Presidente da Mesa retomou a sessão.***

____ Usou da palavra o Membro Dr. Pedro Maldonado para referir que o Partido Social Democrata, tinha feito sugestões das quais não abdicava, porque entendia que as mesmas valorizavam o teor, o alcance, e a eficácia do Regulamento. Que o que tinha para transmitir era que o PSD ia votar favoravelmente pela extrema importância que o mesmo tinha em termos práticos para a população que servia, mas na firme crença, que na próxima reunião de Câmara iria promover a alteração do mesmo, no sentido de acolher, como boas as sugestões que foram feitas pelos membros da bancada do PSD. Que se o Presidente da Câmara não acatasse, esta decisão política seria dele.***

____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, para referir que mais do que a vontade do Presidente da Câmara era a questão formal, e não poderia assumir que iria ser alterado, ou que iria acolher todas as propostas ou sugestões que deram. Que não poderiam colocar as questões daquela maneira porque inviabilizavam qualquer tipo de compromisso por parte do Presidente da Câmara, porque tinha obrigação de defender o documento que tinha sido aprovado por unanimidade pelo Executivo Municipal. Que o que tinha percebido era que votariam favoravelmente se todas as propostas fossem acolhidas para alteração, mas que não podia assumir todas as que foram evocadas, mas que ia haver receptividade por parte do Executivo para estudar as propostas que deveriam fazer chegar por escrito e que seriam analisadas em reunião de

Câmara.***

____Usou da palavra o Dr. Pedro Maldonado para referir que tinha dito que votavam favoravelmente o Regulamento pela importância que o mesmo tinha para e a quem se destinava, e também foi por isto que o Senhor Presidente da Mesa tinha aberto a excepção de trazer um documento que ainda não tinha sido aprovado em reunião de Câmara. Que era em homenagem ao alcance do mesmo que a posição era a de votarem favoravelmente na crença e na firme convicção que o Executivo iria acolher por boas as sugestões que tinham feito.***

____Usou da palavra o Membro Dr. Rocha Pereira para referir que ficou com a ideia que logo no princípio o Senhor Presidente da Câmara tinha mostrado disponibilidade, mas não excluía a apresentação de propostas ou sugestões no sentido de melhorar o documento. Que o Senhor Presidente tinha relevado o trabalho desenvolvido pela Acção Social, mas ficava um pouco desconfiado era se as técnicas da Acção Social não teriam sido incumbidas para uma tarefa que estava para além do seu alcance. Que esta proposta de Regulamento teria sido, por certo, objecto de apreciação do Gabinete Jurídico. O que resultava, era se alguém podia dizer se este era um Regulamento claro? Ou se estava devidamente articulado? Entendia que em termos técnico jurídicos deveria ser francamente melhorado. Que estavam todos de acordo em relação a objectivos e propósitos, mas do ponto de vista técnico-jurídico violava todos os princípios recomendados de boa técnica jurídica, e que dava o exemplo do artigo 4º.. Quanto à questão, do qual não concordava era o 1.3 do Artigo 5º., pois estavam a falar de coisas opostas, de regra e de excepção. Que quem ia aplicar o Regulamento eram as técnicas, e que se deveriam dar ferramentas e instrumentos simples e práticos que não oferecessem dúvidas na sua aplicação. Por último referiu que não tinha nada a opor, que o propósito era inquestionável, mas pensava que podia e devia estar mais bem articulado em termos técnico jurídico.

____Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para concluir que o Regulamento poderia estar muito mais elaborado, tecnicamente mais evoluído e juridicamente melhor, mas era este o Regulamento que estava para aprovação, e que as sugestões que entendessem fazer chegar ao Executivo naturalmente seriam ponderadas e analisadas.***

____Colocado à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar o Regulamento de Transporte Solidário, que se dá aqui como integralmente reproduzido e fica arquivado na pasta anexa a esta acta.

____Verificou-se a ausência dos Membros, Daniel António Correia Mendes da Rocha, Carlos Alberto Carmo Teixeira, Gina Maria Silva Moreira, e Maria da Graça Soares de Sousa.***

____PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA***

____2. – ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO. ***

____Usou da palavra o Membro Prof^a. Giselda para referir que felicitava o Executivo por algumas iniciativas feitas no Concelho, concretamente pela realização da Feira Agrícola. Que era um estímulo à economia local, permitia a venda dos produtos da terra, mas também a dinamização do Largo do Conde. Que acreditava que as pessoas apareciam se houvesse algo apelativo, e que a Feira Agrícola tinha cumprido esse objectivo. Que estimular a venda de produtos hortícolas, haver um incremento e a dinamização daquele espaço, trazia as pessoas do Concelho e visitantes, e que por tudo isto estavam de parabéns. Que fizeram bem em alargar o horário de funcionamento e foi bom ver o Largo cheio da parte da tarde. Que tinha gostado também dos festejos de carnaval, tinha sido uma iniciativa simples e uma aposta boa coincidir com a feira quinzenal. Que eram iniciativas deste género que deveriam continuar a realizar se quisessem dinamizar o Concelho.***

____Verificou-se a ausência dos Membros, José António Santos Vilela, José Vieira Gonçalves, Fernando Rodrigues Alves e Marisa Vieira Cunha Santos.***

____Usou da palavra o Sr. Nuno Sousa representante da Junta de Freguesia de Real, para referir que tinha ficado mais uma vez desapontado com o Executivo. Que os Presidentes de Junta de Freguesia eram ultrapassados, e apesar de muitas vezes não terem voz nas decisões de determinadas obras que se faziam, pelo menos deveriam saber que eram feitas. Que havia uma grande confusão entre as competências das Juntas de Freguesia e da Câmara. Que se a Câmara protocolar determinadas tarefas com as Juntas de Freguesia, deveria dotá-las de

determinadas verbas para que fossem capazes de cumprir aqueles protocolos, mas depois não deveriam andar a fazer trabalhos paralelos, e chegarem ao ponto da Junta de Freguesia colocar uma placa a dizer “obra executada pela Junta de Freguesia” e a seguir colocavam outra a dizer “obra executada pela Câmara”. Que ou articulavam estas obras, todos, ou se reuniam, Junta e Câmara para articularem o que iriam fazer. Que quando eram abordados pelos munícipes na Junta perguntavam que tipo de obras andavam a fazer, e a Junta não sabia responder, porque não tinha conhecimento das obras que estavam a executar. Que a Junta de Freguesia recebia diariamente mails com o que a Câmara Municipal fazia, e que não custava nada comunicar a execução das obras que estavam ou iriam realizar na Freguesia. Quanto ao problema da EB1 e Jardim de Infância de Real já tinha sido falado no último Conselho Municipal de Educação, e que o Senhor Presidente da Câmara tinha ficado de reunir outra vez, para apresentar uma proposta à DREN, para as EB1 e Jardins de Infância do Concelho. Que tinham ouvido o actual Ministro da Educação dizer que ia haver reestruturação, mas que ia ouvir os Municípios. Questionou se o Executivo tinha alguma coisa definida para as EB1 e Jardins de Infância do Concelho? Que precisavam de saber para tomar posições em relação aos encerramentos das escolas. Que tinham que determinar o que precisavam em termos de infra-estruturas para servir as EB1 de Castelo de Paiva. Questionou se o Executivo já sabia o que era necessário? Que dissessem o que defendiam, senão fizessem o trabalho, falassem com as Juntas de Freguesia, com a população, com a comunidade escolar, e definissem rapidamente, antes que outros tomassem posições. Que não valia a pena dizerem que a Educação era uma prioridade e depois não tomavam posições nesta matéria. Quanto à questão da Lagoa do Seixo que era propriedade da Câmara Municipal, gostava de saber onde é que começava, onde acabava, quantos hectares a Câmara tinha, quantos tinha comprado, e quantos estavam registados? Que ninguém sabia responder a isto. Que as pessoas cortavam lenha e madeira, ninguém sabia se era da Câmara ou não. Que aquele local era um grande património que a Câmara tinha na Freguesia de Real, e tinham de definir quem mandava naquele espaço, onde começava e onde acabava, e que deviam defender

aquele espaço e património.***

____Verificou-se a ausência dos Membros, Abel Duarte Barbosa, Alfredo Trindade da Rocha, António Costa e Cunha.***

____Usou da palavra o Membro Dr. Rocha Pereira para referir que de acordo com uma informação que lhe tinha sido facultada, possivelmente Castelo de Paiva teve titular em termos de chefia de serviço de Finanças pela última vez naquele mesmo dia, 29 de Fevereiro. Que o Sr. Melo passaria a ser titular dos Serviços de Finanças de Arouca e que iria acumular os dois cargos até ao verão. Que além disto as indicações que existiam, e era sabido por causa do memorando, que 20% dos Serviços de Finanças deverão encerrar em 2012, e outros 20% em 2013. Pelos vistos havia um estudo para encerrar Castelo de Paiva, mas também Corga do Lobão, Cinfães, Baião e Resende. Que sabia que havia um movimento espontâneo que tinha tomado a iniciativa de avançar com um abaixo-assinado a favor da manutenção dos Serviços Locais de Finanças de Castelo de Paiva, e já estava a ser distribuído. Mas parecia-lhe que perante esta iminência de encerramento, era uma questão séria e que o Município não se deveria alhear desta situação e qualquer iniciativa que se fizesse deveria ser articulada, coordenada de modo a que tivessem sucesso, porque não devíamos deixar os funcionários e pessoas interessadas sem qualquer tipo de apoio nesta situação. Quanto à questão da reorganização do mapa territorial, o Senhor Presidente da Câmara teria referido a sua despreocupação. Questionou se mantinha a sua posição sobre este assunto? Quanto à questão do Tribunal ir para Arouca, e se reflectissem o que concluía era que Arouca, Vale de Cambra, Santa Maria da Feira, Espinho, S. João da Madeira, e Oliveira de Azeméis, os seis concelhos em termos administrativos estavam no Distrito de Aveiro, e por coincidência os seis integravam a Área Metropolitana do Porto. Porque é que o fizeram? Porque razão Oliveira de Azeméis e Arouca se agregaram à Área Metropolitana do Porto? Que o contexto na altura impelia Castelo de Paiva para a Comunidade Urbana do Tâmega e Sousa, mas estavam em 2012 e num contexto diferente. Que balanço faziam aqueles Municípios do tempo de integração? Estavam satisfeitos? Tinha sido positivo? Que contrapartidas beneficiaram? Na sua opinião pensava que era importante que

reflectissem sobre isto. Que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Paredes declarou numa entrevista que até ao verão, Paredes abandonará a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa e irá para a Área Metropolitana do Porto, que era um propósito de há muito tempo, e que teve dificuldades junto da Comissão de Coordenação. Que entendia o contexto da questão das Freguesias, da alteração à Lei Autárquica, as novas competências para as Comunidades Intermunicipais, a seguir virá a fusão dos Municípios. Que esta reforma estava a ser feita de forma gradual, mas ia toda no mesmo sentido. Que na sua perspectiva era muito importante para o futuro, que fizessem um debate e que travassem um diálogo com os vizinhos, dos porquês das opções que tomaram, para concluir se deviam ficar onde estavam ou se pelo contrário era hora de mudar o futuro.***

____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas, e relativamente ao reconhecimento da Feira Agrícola abordada pela Prof^a. Giselda Neves, referiu que era uma iniciativa importante que em boa hora decidira avançar e que estava a ter um efeito extraordinário junto dos agricultores e produtores, e da própria população que tem aderido em grande número. Que esperava que nas próximas edições viessem a ter mais pessoas a participar, porque era uma forma de contribuir para a valorização agrícola, e também uma ajuda ao próprio comércio local que se reflectia positivamente deste movimento de pessoas no Largo do Conde. Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Nuno Sousa, louvou o esforço enquanto membro da Junta de Freguesia, por manter contactos com este Executivo, porque tinha dificuldade em contactar o Presidente da Junta de Freguesia de Real. Que a situação em concreto que tinha sido evocada era uma necessidade que decorria há vários anos e que também decorria da lei, pois estavam a falar de uma questão de higiene e saúde pública. O que estava a ser feito já tinha sido feito em outros locais, pois as populações teriam de ter água em quantidade e qualidade. Que se quisessem tinham uma técnica dos serviços inteiramente disponível para esclarecer todos os pormenores sobre a intervenção. Quanto à reorganização da rede escolar, era um problema que tinham em mãos e que havia necessidade de o discutir no local próprio que era o Conselho Municipal de

Educação. Que tinham uma perspectiva de investimento em curso, que se prendia com o Centro Escolar do Couto Mineiro que iria resolver o problema que tinham naquela zona. Era uma situação difícil de gerir, e apesar de haver disponibilidade dos autarcas para tomar decisões, tinham um problema de afectação de recursos financeiros para este tipo de investimentos. Quanto à Lagoa do Seixo, se fosse um trabalho fácil já estaria feito há mais de 30 anos. Que havia dificuldade de definir a área em concreto. Que agradecia que as situações que estavam a ocorrer, e que no entendimento da Junta de Freguesia estariam a apropriar-se indevidamente de um bem do domínio público e do Município, fossem transmitidas à Câmara para que se pudesse actuar de imediato com os meios que tinham. Quanto às questões do Dr. Rocha Pereira, e relativamente ao Serviço de Finanças em termos oficiais não tinha uma única informação de quem quer que fosse. Lamentava que o Governo não conversasse nem dialogasse com as Autarquias. Que não havia uma estratégia para articular serviços, o que se verificava era que alguns Municípios ficavam sem nada, e noutros concentrava-se tudo. Que tudo o que estava a ser feito pelo Governo era sem articulação entre ministérios. Que o Governo não tinha qualquer tipo de contacto com o Município sobre esta ou outra matéria. Que a reorganização territorial no âmbito das Freguesias, queriam pôr uma discussão que na sua perspectiva não tinha interesse nenhum para o País, pois não ia reduzir custos. Que o custo de um executivo de Junta de Freguesia não tinha qualquer expressão em termos de custo para o País. Mas entendia que o papel a desempenhar pelas Juntas de Freguesia era importante para as populações e que muitas das vezes eram os únicos interlocutores que existiam para colocarem os seus vários problemas. Que era completamente absurdo estar a discutir em 90 dias a reorganização do território e que em Castelo de Paiva não via nenhuma freguesia a fechar portas. Que neste momento esta discussão não era importante, mas sim a integração do Município na Área Metropolitana do Porto. Que esta opção tinha sido uma oportunidade de ouro para ser tomada, mas já passaram uma série de anos quando os outros Municípios vizinhos entrarem na Área Metropolitana do Porto. Mas não aconteceu, e ficaram integrados na Comunidade Urbana do Vale do Sousa, e apesar de se ter

desenvolvido um bom trabalho, a pretensão de Castelo de Paiva era para a Área Metropolitana do Porto. Mas achava estranho que o Município de Paredes fosse para a Área Metropolitana do Porto, sem discussão ou debate, mesmo no âmbito da Comunidade Urbana do Vale do Sousa, e não queria acreditar que houvesse influência partidária para esta decisão. Que se estavam a aceitar que Paredes fizesse parte da Área Metropolitana do Porto deveriam alargar o debate e discutir de forma mais abrangente para que outros Municípios pudessem ter oportunidade de dizerem se estariam interessados em aderir à Área Metropolitana do Porto, pois Castelo de Paiva tinha propensão para aquela área até pelas acessibilidades que já havia e que a vocação era sempre para o litoral. Quanto à questão das Finanças ia ser mais uma luta que iam ter que travar, e se já existia o movimento de cidadania, eram importantes todas as iniciativas, mas se tiverem que tomar outro tipo de posições mais visíveis e com maior força também o fariam.***

____ Usou da palavra o Membro Prof. José António Rocha que referiu que a apresentação de toda a explicitação que o Senhor Presidente da Câmara tinha feito, não o poderia deixar indiferente, mas face à importância dos assuntos teria sido mais adequado adiar a sessão ou marcar uma nova. Que tinham sido discutidas situações muito importantes, que tinha a ver com a organização do território, e enquanto membros da Assembleia Municipal tinham que começar a falar, perante um Projecto-Lei que em 90 dias poderá estar aprovado. Que tinham um território que se chamava Castelo de Paiva, que tinha 9 freguesias, e como as queriam manter, provavelmente teriam que ceder e discutir. Não sabia se era a melhor via não discutirem este assunto. Que preferia que fossem os membros da Assembleia Municipal a discutir e a propor as melhores propostas para o Concelho, do que fosse a nível central com uma régua e esquadro, e ditassem qual era a melhor definição para o Concelho. Que não deveriam ter receio de falar sobre este assunto porque tinham eleições em 2013. Relativamente à questão levantada pelo Dr. Rocha Pereira, da integração na Comunidade do Vale de Sousa ou em devido tempo estarem na Zona do Porto, pelo discurso que o Senhor Presidente da Câmara tinha feito, achava que a discussão tinha de ser outra, porque não podiam continuar a responsabilizar o Dr. Paulo

Teixeira por o Centro de Saúde ter encerrado, ou vir a encerrar por completo os serviços de finanças, os tribunais e os postos de CTT. Que agora tinham uma nova gestão, com novas ideias e com novos princípios, e que era neste mandato que estavam a acontecer todas estas situações. Questionou se a estratégia da credibilidade e da visibilidade do Concelho tinha sido desenvolvida da melhor forma? Questionou, se o Concelho não poderia ter feito mais relativamente a tudo isto que estava a acontecer? Que concordava com o Senhor Presidente da Câmara quando disse que o interior estava a ser atacado, e que era um verdadeiro rolo compressor sobre o interior. Mas perguntava se este rolo compressor sobre o interior, não implicaria e não devia promover e dar voz ao interior? Porque senão ia desaparecer Castelo de Paiva, e acreditava que a fusão do Município ia ser o próximo passo. Que ficava triste e desapontado, porque ainda iam acontecendo coisas boas em Castelo de Paiva, e que não tinha ouvido na comunicação social, nem em lado nenhum falarem do início de funcionamento do Hotel Douro 41. Que era um equipamento hoteleiro que iria provocar na Zona do Couto Mineiro, um outro tipo de desenvolvimento turístico e económico. Que estas boas práticas tinham de ser divulgadas e tinham que lhes dar visibilidade porque era um potencial de desenvolvimento local de enorme envergadura, e se isto não acontecesse iriam desaparecer enquanto Concelho. ***

____Verificou-se a ausência do Membro, Artur José Freitas de Sousa.***

____Usou da palavra o Membro Jorge Quintas para referir que não podia ir embora de consciência tranquila se não lamentasse na presença dos que tinham resistido o que se estava a passar na sessão da Assembleia Municipal. Que era triste, mau para o Concelho e para os Paivenses. Que o Prof. José António Rocha tinha dito coisas importantes, que concordava com elas, mas não era neste ambiente que deviam ser discutidas. Que tinha de haver seriedade, mais responsabilidade, e mais respeito pela Assembleia Municipal e pelos Paivenses. Que estavam todos envergonhados com a sessão da Assembleia Municipal.***

____O Senhor Presidente da Mesa referiu que era triste ver o mínimo de

____ pessoas para continuar os trabalhos.***

____ PERÍODO DA ORDEM DO DIA***

____ 1 – APRECIÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;***

____ Presente o ofício 10895 de 07.12.2011, do Presidente da Câmara, contendo a informação da actividade da Câmara Municipal, bem como uma informação da situação financeira datada de 5 de Dezembro de 2011, acompanhada da relação de dívidas a empreiteiros e fornecedores que é nessa data de 1.601.622,75 (um milhão seiscientos e um mil seiscientos e vinte e dois euros e setenta e cinco cêntimos) e do Resumo Diário de Tesouraria, de 02/12/2011, com o total de disponibilidades cujo saldo totaliza o valor de 2.114.229,61 (dois milhões cento e catorze mil duzentos e vinte e nove euros e sessenta e um cêntimos), sendo estes documentos depois de apreciados arquivados na pasta anexa a esta acta.***

____ Usou da palavra o Membro Dr. Rocha Pereira para referir que na Assembleia da República estava agendada para aquele dia, a proposta de Lei 44/12 que era sobre as Freguesias. Quanto à actividade da Câmara referiu que o Senhor Presidente da Câmara tinha feito uma diligência em que tinha participado, nos festejos do aniversário da Banda de S. Pedro da Cova e que falaram na visita ao Museu. Que a questão era que todos os dias passava em Pedorido, e ficava desalentado, porque junto à sede da Junta de Freguesia de Pedorido estava a locomotiva, que era uma referência do passado da carbonífera, e estava abandonada. Que quando falavam na importância do Museu era pena ver ali aquele elemento importantíssimo abandonado. Que não sabia o que poderiam fazer no sentido de preservá-la, mas o Couto Mineiro agradecia e o Concelho também. ***

____ PERÍODO DA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. ***

____ Não houve intervenções.***

____ O Senhor Presidente da Mesa declarou encerrado o Período de Intervenção do Público. ***

____ Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa declarou

encerrada a sessão, pelas 01 horas e 40 minutos, dela se lavrando a presente acta que foi aprovada em minuta, por unanimidade, nos termos do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, para efeitos imediatos. ***

____E eu Assistente Técnico da
Câmara Municipal de Castelo de Paiva, a redigi e subscrevi. ***

O Presidente, _____

O 1.º Secretário, _____

O 2.º Secretário, _____